

For English, scroll down

English, español, français, português (PDF attached)

Chamada para comunicações no Colóquio Internacional

10-11 de dezembro de 2024

“Plataformas digitais: Epistemologia da comparação Norte/Sul. Uma análise a partir das Zonas Cinzentas”

**Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU- USP) e
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos
(UFSCAr)**

Como compreender o modo como o trabalho digital, de difícil detecção, transforma e recompõe as normas do emprego? Como compará-lo em diferentes contextos?

As categorias binárias vinculadas ao Estado Social foram corroídas ainda que tenham papel significativo, já que fundaram as instituições do trabalho e da proteção social. Na falta de um consenso em torno da construção de uma figura e de um cenário pós-fordistas, as tentativas de adaptação se tornam com frequência ultrapassadas (Gomez, 2023). Outrossim, as normas relativas ao Estado e à proteção social continuam operando como referências cognitivas, a despeito de sua ancoragem geo-histórica nos países avançados. Este limite acaba por embaralhar a definição de fenômenos que se desenvolvem em outros países, ainda que, ao mesmo tempo, uma lógica de análise e uma epistemologia totalizante possam permitir a compreensão da riqueza das recomposições em curso.

A indefinição das fronteiras jurídicas entre as figuras canônicas do fordismo (Supiot, 2000) revelou incontáveis dinâmicas que conformam zonas cinzentas no centro do salariado assim como em suas bordas (Bureau, Corsani, Giraud, Rey, 2019). Essas zonas cinzentas ganham novas proporções com a introdução das plataformas digitais, já que elas revolvem e transformam a identificação das responsabilidades, hierarquias, lógicas de subordinação e de poder no contexto do trabalho (Carelli, Cingolani, Kesselman, 2022). Essas indefinições estão presentes também no Sul –onde o Estado Social emergiu tardiamente, tendo implicado em direitos do trabalho reais mesmo que frágeis. Deve-se igualmente considerar o impacto do trabalho digital sobre a informalidade generalizada presente nos países do Sul, em que o Estado e as municipalidades oscilam, a depender de cada momento, entre repressão e facilitação das atividades informais, mantendo relações ambíguas com as empresas plataformizadas.

Comparar essas configurações contrastantes deverá permitir dimensionar melhor a relação entre as dinâmicas comuns e as normas do emprego, suas regulações e, de modo mais geral, as normas da cidadania –uma cidadania ligada à carteira de trabalho no caso brasileiro, sem perder de vista que a informalidade atinge aproximadamente a metade dos trabalhadores num país como o Brasil. As reformas do mercado de trabalho (França em 2016 e 2017; Brasil, 2017, apenas para citar esses dois exemplos), acarretaram uma diminuição dos direitos dos trabalhadores, o que contribuiu para uma eclosão da quantidade de trabalhadores independentes, auto-empresendedores que se tornaram ~~uma~~ mão de obra cativa das plataformas que, por sua vez, se autoproclamam ~~como~~ criadoras de « empregos ». No caso do Sul, assistiu-se a uma naturalização e uma recomposição da informalidade sob as formas do empresariamento – « ser empreendedor de si mesmo » - e do trabalho flexível (Lima, Bridi, 2019; Lima, Oliveira, 2022).

As zonas cinzentas emanam, também, de outros espaços sociais, e não se referem somente à deterioração dos quadros institucionais do salariado, com dimensões diferentes no Sul e no Norte. A epistemologia dos modelos econômicos das empresas plataformizadas toma como ponto de partida a organização descentralizada do trabalho no âmbito do mercado bifronte que elas organizam entre clientelas distintas.

A gestão algorítmica e triangular –plataforma-cliente-prestador de serviço– gera uma infinidade de forças centrífugas dentro dos ecossistemas que organizam a desvinculação do trabalho do emprego e as formas associadas de proteção social. Dessa forma, ele se liberta da regulamentação pública no Norte e das formas de regulamentação das relações de trabalho no Sul, onde o trabalho informal frequentemente encontra abrigo e visibilidade nos espaços urbanos.

(Dieuaide, 2024; Dieuaide, Azais, 2020; Minassian, 2011; Kiesling, 2018). À sua própria maneira, as plataformas digitais estão "modernizando" as relações de trabalho e levando à sua recomposição.

Com a criação de departamentos de gestão pública em seus respectivos contextos, as empresas plataformizadas se transformam em "rule makers", em protagonistas nos processos de criação de normas e leis, numa tentativa de instituir uma terceira figura, para além dos trabalhadores formais e informais, de trabalhador dos aplicativos, de acordo com as formas específicas em cada país (Azais, Dieuaide, Kesselman, 2017). Essas estratégias borram as fronteiras e contribuem para alimentar as zonas cinzentas do trabalho e do emprego.

Qual horizonte de emancipação?

Seria possível afirmar que esse conjunto de transformações se inscreve no advento de um capitalismo de plataforma (Leite, del Bono, Lima, 2023; Srnicek, 2016; Abdelnour, Bernard, 2018) ou de uma « economia dos pequenos negócios » (*gig economy*) (Huws, Spencer, Syrdal, Holts, 2017; Vallas, Schor, 2020)? Em todos esses casos, a definição e a natureza dos fenômenos escapam à toda regulação global. Coloca-se então uma questão de fundo: haveria uma ruptura ou uma continuidade com o salariado e o Estado social? (Carelli, Dieuaide, Kesselman, 2022)? É possível que se trate de um novo modo de produção? Haveria uma « meta-

categoria » tal como o trabalho digital ou « trabalhadores de plataformas » ou mesmo especificidades que caracterizam essas figuras? (Brodersen, Dufresne, Joukovsky, Vitali, 2024; Casilli, 2019). As mutações do trabalho plataformizado e seu caráter « ambivalente » nos contextos do Norte e do Sul seriam comparáveis? (Rizek, 2023; Abílio, 2020; Flichy, 2019)? Em resumo, a « quarta revolução industrial » digital seria uma noção centrada no Ocidente (Leterme, 2019)? Qual seria o papel motor da finança e das crises sucessivas nesse processo (Sauviat, 2019)? A difusão da mobilização do trabalho pelas plataformas digitais multinacionais seria suficiente para criar as condições de uma verdadeira mundialização do mercado de trabalho? Em caso afirmativo, quais seriam suas condições? A emancipação pelo trabalho e pelo emprego, nos contextos do Norte e do Sul, permaneceria como um horizonte que mobiliza os trabalhadores digitais?

A maioria dos trabalhadores de plataformas especializados em entrega de refeições ou transporte de passageiros são hoje trabalhadores racializados, descendentes de escravizados no Brasil e descendentes da imigração pós-colonial na França. Essa realidade estatística, claramente estabelecida (Dablanc, Aguilera, Krier, Cognez, Chretien, Louvet, 2022; Santos, Carelli, 2022), se articula com as representações racializadas do trabalho plataformizado associadas aos empregos precários e da base da pirâmide social (Van Doorn et al., 2023). Como essa racialização se desenvolve a partir dos tensionamentos postos em operação por um capitalismo racial de plataforma (Marchadour, 2024, Gebrial, 2022; Bernard, 2023)? Essa perspectiva abre uma discussão a partir das margens, sobre a natureza mesma das plataformas no âmbito do capitalismo. Dessa perspectiva, a abordagem desenvolvida por Santos (2022: 16) a respeito das « áreas duras » e « áreas moles » permite ecoar a noção de zona cinzenta. Com efeito, de acordo com o autor, elas « estruturam as ‘fronteiras invisíveis’ no espaço social das relações sociais que se opõem através dos constrangimentos a indivíduos ou aos grupos indesejados em lugares e contextos determinados », o que remete à acepção de zona cinzenta de Minassian (2011).

Quais instrumentos de análise?

Nosso interesse pelos instrumentos de análise diz respeito à possibilidade de detectar e mensurar as transformações e recomposições do trabalho e do emprego que resultam do desenvolvimento das plataformas digitais. Assim, propomos comparar as experiências que se ancoram nos contextos do Norte e do Sul. Quais seriam os cruzamentos e os limites da transposição das noções preconcebidas e eurocentradas como salariado e subordinação jurídica, a binaridade formal/informal (Archambault, Greffe, 1984), as noções de empresariamento, cidadania, nação, etc.? Quais seriam os termos colocados a partir de um « descentramento » da comparação, quais referências a estabelecer para detectar e analisar as similaridades e as diferenças no seio de uma visão de conjunto (Giraud, Lallement, 2022)? Seria possível detectar circulações de processos a partir do Sul, tais como a aceleração da informalidade no contexto do Norte seguindo as experimentações dos modelos econômicos e tecnológicos das plataformas em formas de regulação menos restritivas? Se a adaptação às restrições locais se encontra no centro de novos modelos de negócios (business models), quais ferramentas conceituais permitiriam restituir as « alteridades contextuais e as causalidades endógenas » de sua recepção

e de suas evoluções nos países do Sul (Soussi, Sadik, 2020)? Em resumo, como apreender a tensão entre micro e macro e, de modo mais geral, como definir as escalas de análise? E ainda como as categorias utilizadas –tanto pelos atores como pelos pesquisadores– se inscrevem e ganham sentido no interior dessas escalas?

A renovação dos paradigmas aplicados ao trabalho por meio das plataformas passa por uma reflexão sobre o sentido geográfico e simbólico dos territórios físicos e virtuais. Essa questão é tão mais urgente quanto mais se reforça o interesse pelas plataformas *location based*, como acontece nesse âmbito. A comparação em escala global dos micro casos situados visa afastar o risco de essencialização dos jogos de escala, de um macro « Centro » que se espelhasse na « Periferia ». Afasta-se assim o risco de considerar que os exemplos e casos micro fossem atribuídos exclusivamente à capacidade de ação dos atores no espaço local, descolada das relações que se constroem ao longo do tempo (De Vito, 2019).

Diante dessas dimensões, com os casos e objetos de estudo situados em suas diversas formas de territorialidade e na pluralidade de suas ancoragens, tomamos a metrópole como campo privilegiado de estudo de motoristas dos aplicativos e entregadores de refeições e compras. Trata-se então de compreendê-la a partir de uma « abordagem trans-urbana » (Cuppini, Frapporti, 2022). Desse modo, o espaço urbano é concebido como um terreno de tensões, sobre o qual as empresas plataformizadas investem diretamente na coisa pública, transformando-a, o que acaba por ter impactos e desdobramentos no âmbito das gestões urbanas.

Desse modo, procura-se identificar as conexões e as circulações de objetos, normas, regulações e práticas de trabalho nas plataformas que forem efetivamente comparáveis já que teriam sido concebidas no âmbito de uma esfera global (Douki, Minard, 2007). Como comparar as categorias nativas utilizadas pelos atores para relatar o trabalho, as figuras e os estatutos, a remuneração, a proteção e os direitos, a relação entre trabalhadores e territórios? Como se imbricam as novas sincronizações de tempo, as temporalidades do trabalho e as atividades e práticas da vida desses trabalhadores, suas relações com os territórios, a « colonização do cotidiano » pelo digital que borra os limites da vida privada (Cingolani, 2021)? Quais são os resultados dos conflitos em torno da adesão ou da resistência – individual ou coletiva – e como incidem sobre os novos modelos das empresas? (Brugière, Kesselman, Vandewattyne, 2024; Dufresne, Leterme, 2021).

Qual é o impacto destas evoluções sobre as decisões de justiça em matéria de requalificação dos profissionais em assalariados e sobre o papel da justiça na ausência de regulação do setor dos trabalhadores de aplicativos. Num âmbito mais geral, assiste-se a uma desestabilização, a um deslocamento e a uma instrumentalização das instituições pelas plataformas.

Esse olhar cruzado sobre as experiências e circulações entre o Norte e o Sul objetiva a conceitualização das formulações e categorias que operam na comparação dos fenômenos vinculados ao trabalho das plataformas em uma reflexão de âmbito mais geral sobre o futuro do trabalho (Dujarier, Frayssé, 2024; Herzog, Zimmermann, 2023).

Uma análise a partir da noção de zonas cinzentas

Mobiliza-se aqui, entre outras epistemologias, a ferramenta heurística das zonas cinzentas do trabalho e do emprego, que visa objetivar as dinâmicas de desarticulação e recomposição dos objetos e figuras do trabalho instituídas e estruturantes em maior ou menor grau, cuja duração, profundidade e extensão permanecem indeterminadas. A comparação desses espaços de interação contextualizada permite conduzir cada termo e momento de análise a uma conceitualização ampliada (Bureau, Dieuaide, 2018; Bureau, Corsani, Giraud, Rey 2019; Boulin, Kesselman, 2018; Azaïs, Carleial, 2017; Siino, Soussi, 2017).

O ponto de apoio dessa abordagem são as pesquisas que observam a dinâmica das zonas cinzentas no trabalho digital. Em todos os países, as zonas cinzentas são o instrumento heurístico que permite conceber a « instabilidade institucional » impulsionada pelo neoliberalismo e que se agrava com a chegada das plataformas. Esse processo leva também em consideração a resistência institucional, especialmente do judiciário, ainda que prejudicada ~~em~~ por ser frequentemente incapaz de constituir uma jurisprudência que possa apoiar outros julgamentos e processos jurídicos (Carelli *et al.*, 2021; Grillo, 2022/2024). Alguns Estados participam ativamente da construção de zonas cinzentas (Lehdonvirta, 2022; Bisom-Rapp, Coiquaud, 2017) por meio de dispositivos de autoregulação pelas plataformas ou pelo funcionamento de fóruns alargados de diálogo social e de regulação coletiva que reconhece novos atores de regulação, como se pode verificar na França e no Brasil (Carelli, Kesselman, 2024). Trata-se do deslocamento das « ordens e espaços de regulação » (Dirringer, 2022) no interior dos quais as plataformas buscam se envolver ~~neste movimento~~ em seu próprio benefício, particularmente no momento em que ocupam o lugar de *rule makers* (Azaïs, Dieuaide, Kesselman, 2017). São elas que, em alguma medida, chegam a ditar algumas políticas públicas interferindo no âmbito que seria de responsabilidade dos poderes públicos.

É possível perceber zonas cinzentas próximas da experiência do trabalho a partir do « hibridismo » (Murgia, 2023) e das « figuras emergentes no interior dessas zonas cinzentas » (Azaïs, 2019). Essas figuras navegam no interior de uma « relação social de trabalho » (RST), espaço alargado de relações de controle cujas recomposições podem ser instituídas por empresas em rede, cadeias de valores ou pela gestão algorítmica exterior aos quadros institucionais (D'Amours, 2022; D'Amours, Briand, Bellemare, Hanin, Pogliagh, 2023). Desta feita, a abordagem por meio das zonas cinzentas permite apreciar o estágio real de « disrupção » dos modelos de negócios digitais, que equilibram a retórica ideológica y catastrofista proveniente de todos os setores (Berins, Collier, Dubal, Carter, 2018).

Por último, as perguntas que formam a estrutura temática deste colóquio poderiam se resumir na seguinte fórmula. Há necessidade de uma epistemologia específica para se estudar o trabalho digital?

Contribuições

O colóquio buscará comparar a experiência dos trabalhadores plataformizados por meio das figuras emblemáticas dos motoristas de aplicativos e dos entregadores de refeições e víveres.

Serão acolhidas as contribuições que se interessam entre outros temas:

- por casos de estudos situados que são examinados a partir das suas abordagens epistemológicas
- pela comparação e circulação de objetos, normas, regulações, práticas de trabalho plataformizado assim como pelas evoluções dos modelos de negócios das plataformas e sua aceitação de um país ao outro, especialmente a partir das experiências do Sul;
- pela natureza de um capitalismo de plataforma, entre outras designações, sob o ângulo da sua radicalização, da racialização e de sua articulação com as outras relações sociais (gênero, classe, etc.);
- pelo estudo das zonas cinzentas relativas às transformações e recomposições do trabalho e do emprego que impulsionam o trabalho plataformizado e sua comparação entre as experiências nacionais do Norte e o Sul;
- pela utilização das epistemologias da comparação, que podem se desdobram em uma reflexão calcada na inter- e na transdisciplinaridade, concebidas em sua « globalidade ».
- Qual ou quais epistemologia(s) para se estudar o trabalho de plataforma?

As contribuições teóricas sobre os paradigmas capazes de oferecer formas de identificação e nomeação das novas realidades ou realidades renovadas pelo trabalho plataformizado no Norte e no Sul serão também aceitas.

Organização do colóquio

As propostas de comunicação deverão ter no máximo 3.000 caracteres, incluindo os espaços, e poderão ser redigidas em inglês, espanhol e português, acompanhadas de um CV resumido, para o seguinte endereço col.zonascinzentas@gmail.com, com cópia para Donna Kesselman dkessel11@gmail.com, Cibele Saliba Rizek cibelesr@sc.usp.br e Christian Azais christian.azais@lecnam.net

Data limite para o envio: 30 de abril de 2024

Data de resposta: 30 de maio de 2024

O colóquio será organizado presencialmente e *on line* para alguns de seus participantes. Favor indicar a forma de participação (presencial ou *on line*) para que se possa garantir uma distribuição equitativa tanto do ponto de vista científico como do ponto de vista geográfico.

Comité de organização

Donna Kesselman, Université Paris-Est Créteil (UPEC), **Sidnei Machado Sidnei**, Universidade Federal do Paraná (UFPR), **Tomás Moreira**, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP) **João Pedro Perin**, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) **Aline Pires**, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), **Rangel Felipe**, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Comité científico

Ludmilla C. Abílio, sociologia, Instituto de Estudos Avançados da USP (Brazil), **Christian Azais**, sociologie, LISE-CNAM (France), **Adam Badger**, economic geography, Newcastle University (Great Britain), **Natacha Borgeaud-Garciandía** sociologia, Conicet (Argentine), **Rodrigo Carelli**, direito do trabalho, Universidade Federal de Rio de Janeiro (Brasil), **Antonio Casilli**, sociologie, Institut Polytechnique de Paris (France), **Patrick Cingolani**, sociologie, Université de Paris-Cité (France), **Martine D'Amours**, sociologie, Université Laval (Québec), **Patrick Dieuaide**, économie, Sorbonne Nouvelle (France), **Olivier Giraud**, sciences politiques CNRS/LISE-CNAM (France), **Sayonara Grillo Coutinho**, direito do trabalho, Universidade Federal de Rio de Janeiro (Brasil), **Rafael Grohmann**, media studies, University of Toronto (Canada), **Jacob Carlos Lima**, sociologia, Universidade Federal de São Carlos (Brasil), **Sidnei Machado**, direito do trabalho, Universidade Federal do Paraná (UFPR-Brasil) **Guénolé Marchadour**, sociologie, LISE-CNAM (France), **Claire Marzo**, droit du travail (Université Paris-Est Créteil), **Sawmiya Rajaram**, Jindal Global Law School, O.P Jindal Global University (India), **Cibele Rizek**, sociologia, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP) (Brasil), **Maxime Schirrer**, géographie, LIRSA CNAM (France), **Roberto Véras de Oliveira**, sociologia, Universidade Federal da Paraíba (Brasil), **Cheolki Yoon**, School of Social Communication, Saint-Paul University (Canada, South Korea).

Instituições de apoio

ANR (Agence nationale de la recherche), France
FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo)
IAU/USP (Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo em São Carlos)
UFSCar (Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Sociologia)
UFPR (Universidade Federal do Paraná, Faculdade de Direito, Curitiba)
Université Paris-Est Créteil (UPEC)
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Call for Papers, International Symposium

December 10-11, 2024

“Digital Platforms: The Epistemology of the North-South Comparison. An Analysis of Grey Zones”

Institut d’architecture et d’urbanisme [Institute of Architecture and Urbanism] (IAU),
Université de São Paulo [University of Sao Palo](USP) and Université f d rale de São Carlos
[Federal University of São Carlos](UFSCar)

How should we understand the ways that digital work, always increasingly elusive, transforms and recomposes employment norms? How can these phenomena be compared across distinct national contexts?

While the binaries of the welfare state–employment and unemployment, for instance–have been undermined, they still inform the ideology and jurisdiction of existing labor institutions and criteria regulating access to social protection. In the absence of a theoretical consensus on the who or what the paradigmatic post-Fordist “worker” is, attempts at adapting either worker organization or state welfare often run aground in part because of this theoretical and strategic ambiguity (Valdez, 2023, Riesgo, 2023). These older norms still remain cognitive reference points in diverse locales, despite their geo-historical grounding in advanced Global North countries. This limitation is an obstacle to understanding emerging developments in work occurring in other national contexts and to developing a dynamic and comprehensive epistemology that would enhance our understanding of the recompositions underway.

The blurring of legal distinctions between the canonic figures of Fordism–subordinated employee or independent worker (Supiot, 2000)–has given way to countless dynamics of grey zones from the core of the standard employment relationship to its outer borders. (Bureau, Corsani, Giraud, Rey 2019). These changes assume new significance with the advent of digital platforms that disrupt the responsibilities, hierarchies and rationales of subordination and power in the context of work (Carelli, Cingolani, Kesselman, 2022). Such blurring also exists in the Global South, where the social state emerged belatedly and brought with it genuine but fragile rights. We must also consider the impact of digital work on the situation of generalized informality in Global South countries where, depending on the period, the state and municipalities navigate between repressing and facilitating informal activities, while entertaining ambiguous relations with the platforms.

Comparisons between the Global North and South will help us better assess what is common to employment standards globally, their regulations and underlining relationships, and–in a more comprehensive frame–the citizenship norms that they are tightly braided with. (For instance, citizenship is linked to the *carteira de trabalho* in the Brazilian case, even though

informality affects half the workers in this country and therefore excludes them.) Rights have been progressively curtailed through labor market reforms (such as in France, 2016 and 2017 or in Brazil, 2017), which has contributed to a spawning of self-employed independent workers who became a captive workforce of platforms promoting themselves as “job creators”. In the case of the South, we have witnessed a naturalization and a recomposition of informality under the disguise of self-entrepreneurship—“be your own boss” Comparisons between the Global North and South will help us better assess what is common to employment standards globally, their regulations and underlining relationships, and the citizenship norms that they are tightly braided with. —and flexible work (Lim a, Bridi, 2019; Lima, Oliveira, 2022).

Grey zones also emerge from sources other than the deterioration of the standard employment relationship’s institutional frameworks, with different dimensions in the North and South. The epistemology of the platforms’ economic models takes as its point of departure the decentralized organization of work between distinct clienteles in the two-sided market. Algorithmic and triangular management practices—platform-client-providerinvolve a series of centrifugal forces within ecosystems that organize the disarticulation of work from employment and its social protections. This is how they succeed in bypassing public regulation in the North and the particular forms of work regulation in the South, where informal work is managed in urban spaces (Dieuaide, 2024; Dieuaide, Azaïs, 2020; Minassian, 2011; Kiesling, 2018). In their own fashion, digital platforms thereby “modernize” work relations and bring about their recomposition.

By setting up public management departments digital platforms have positioned themselves as “rule makers” in attempts to impose a “third figure of digital app worker” within every specific local context (Azaïs, Dieuaide, Kesselman, 2017). Such strategies muddy the waters and contribute to fuelling grey zones of work and of employment.

What horizon for emancipation?

Might one say that all these realities can be subsumed under the advent of “platform capitalism” (Leite, del Bono, Lima, 2023; Srnicek, 2016; Abdelnour, Bernard, 2018) or of the “gig economy” (Huws, Spencer, Syrdal, Holts , 2017; Vallas, Schor, 2020)? In any case, this ecompositions pose a challenge for any attempt at comprehensive regulation of work. The core issue always arises: is there a break or continuity between the standard employment relationship and the welfare state (Carelli, Dieuaide, Kesselman 2022)? Or, alternatively, is this a new mode of production altogether? Is there a “meta-category,” like “digital labor” or “platform workers,” or are there salient characteristics that distinguish these new kinds of laborers from each other? (Brodersen, Dufresne, Joukovsky, Vitali 2024; Casilli, 2019). Are the changes in platform work and its “ambivalent” nature in the North really comparable to these emerging regimes of labor in the South? (Rizek, Rangel, 2023; Machado, Zanoni 2022; Fioravanti, Rangel, Rizek, 2022; Abílio, 2020; Flichy, 2019)? Or is the digital “fourth industrial revolution” nothing more than just another new western-centred paradigm (Leterme, 2019)? What about the driving role of finance and of successive crises (Sauviat, 2019)? Is the proliferation of digital work by multinational platforms sufficient to lay the bases for a truly globalized world labor market? If not, what would be the necessary conditions to do so? Is emancipation through work and

employment still a horizon that mobilizes digital workers in the Global North and in the Global South and between them?

Today, most app drivers and food couriers are racialized workers, from the descendants of slaves in Brazil and the United States to the postcolonial immigrants in France. This now established statistical reality (Dablanc, Aguilera, Krier, Cognez, Chretien, Louvet, 2022; Santos, Carelli, 2022), interfaces with racialized representations of platform work associated with precarious, low-wage jobs (Van Doorn, Ferrari, Graham, 2023, Dubal, 2022). To what degree are these regimes of racialization driven by what some have called platform capitalism (Marchadour, 2024, Gebrial, 2022; Bernard, 2023)? This opens a discussion from the perspective of the margins concerning the very nature of platforms in capitalism. Santos's approach (2022: 16) in terms of "tough areas" and "soft areas" which "structure the 'invisible borders' in the social space of social relations that impose constraints on undesired individuals or groups in particular places and contexts" echoes the notion of the grey zone.

What analytical tools to use?

We are interested in tools that can consider transformations and reconfigurations of work and of employment, in the wake of the development of digital platforms, and we propose to compare experiences rooted in the Global North and South. What are the interactions and limitations when transposing preconceived and Eurocentric notions such as the salaried workforce (*le salariat*) and legal subordination, the formal-informal duality (Archambault, Greffe, 1984), entrepreneurship, citizenship, the nation, etc.? What are the terms of "decentering comparative analysis", those capable of analyzing similarities and differences within a global frame (Giraud, Lallement, 2022)? Are there developments that circulate to the heartlands of global capitalism from the South, whose less restrictive regulatory environments the platforms use as a laboratory for their technological and economic models, an example being accelerating informality? (Huws, Surie, 2023)? Their adaptability to local constraints is at the heart of these new business models: in the South, what are the conceptual tools that are needed to effectively interpret the "contextual otherness and endogenous causalities" that are specific to these national and cultural contexts (Soussi, Sadik, 2020)? Thus, the importance of epistemologies of the Souths. In short, how should one account for the tensions between micro and macro and, more generally, the definition of scales of analysis? How do the categories employed—both by actors and researchers—fit into and make sense of these scales?

To renew paradigms for the investigate of platform work, there must also be reflection upon the geographical and symbolic meaning of physical and virtual territories. This is especially true for location-based platforms. Our proposal to compare situated micro-cases is aimed at avoiding the risk of essentializing a macro scale that posits the existence of a "Center" in balance with a "Periphery", that is contrasted with a micro scale that confines the agency of actors to a local and immediate space, not accounting for more complex and historical social relations. (De Vito, 2019). While the cases are situated in diverse forms of territories and contexts, our privileged terrain of analysis for studying passenger app drivers and couriers—meals and food shopping—is the metropolis, which we believe should be studied from a "trans-urban approach" (Cuppini, Frapporti, 2022). Thus, the urban space should be conceived of as a

field of tensions where platforms directly invest in public affairs, announcing their role as actors of innovation and public planning.

We are seeking to identify the connections and circulations of objects, norms, regulations, and practices of platform work which are, indeed, comparable and can be conceived of as part of a global totality (Douki, Minard, 2007). How can we compare the indigenous categories used by the actors to portray such notions as work, occupational status, remuneration, protections, benefits and rights, and the way workers appropriate their local communities and territories? How do the new synchronizations of time, work-life balance and workers' embeddedness in territories interweave with the blurring of workers' private lives due to the "colonization of daily life" by platforms (Cingolani, 2021)? What are the consequences of struggle waged by workers—either individually or collectively—to resist or adhere to these new models of work (Brugière, Kesselman, Vandewattynne, 2024; Dufresne, Leterne, 2021)?

What is the impact of recent legal rulings concerning reclassification of bogus employment? And what is the nature of the prominent role taken by the courts in the absence of robust regulation of digital platform work? On a more general level, one observes the destabilization, displacement and instrumentalization of institutions by platforms. The ultimate ambition of this cross-cutting analysis is the development of concepts and categories that can effectively speak to and facilitate the comparison of diverse instances of platform work and its insertion into a broader reflection concerning "the future of work." (Dujarier, Frayssé, 2024; Herzog, Zimmermann, 2023).

An analysis of grey zones

We draw upon the heuristic tool of "grey zones of work and of employment". Grey zones are spaces where the dynamics of disembeddedness and recomposition of work and employment become the critical object of study. They are more or less defined and instituted as their content, extent and duration are in constant motion. As these grey zones are defined in a constantly changing national environments, comparing how they they subsumes term-to-term juxtapositions and provides a more thorough understanding of the processes underway, tracking the complex interaction of different elements (Kesselman, Soussi 2024, Bureau, Dieuaide, 2018; Bureau, Corsani, Giraud, Rey 2019; Boulin, Kesselman, 2018, Azais, Carleial, 2017; Siino, Soussi, 2017).

We rely on research that highlights the dynamics of grey zones in digital work. In all countries, grey zones constitute the heuristic tool that enables us to understand the "institutional instability" that is generated by neoliberalism and aggravated by the advent of platforms. This process considers the resistance of institutions, notably that of the judiciary, but which is often undermined by difficulties in setting precedent on which other judgements could rely (Carelli *et al.*, 2021; Grillo, 2022/2024). Some governments participate actively in the construction of grey zones (Lehdonvirta, 2022; Bisom-Rapp, Coiquaud, 2017) *via* measures of self-regulation by the platforms or through the establishment of broad-based forums of social dialogue and of collective regulation which recognize new stake-holders as regulators, such as recently in France and in Brazil (Carelli, Kesselman, 2024). The same goes for the displacement of "orders

and spaces of regulation” (Dirringer, 2022): platforms attempt to instrumentalize such transfers to their own advantage, notably at the time of their positioning as “rule makers” in the public space of regulation (Azais, Dieuaide, Kesselman, 2017). Platforms have been increasingly able to dictate public policy, thereby interfering with what was the jurisdiction of public powers. We perceive grey zones closest to the experience of work by focusing on its “hybridity” (Murgia, 2023) and “emerging figures in the grey zone” (Azais, 2019). The figures navigate within a “social work relationship” (RST), the enlarged space of relations of control, from which recompositions can be instituted in network firms, value chains or algorithmic management outside of any institutional frameworks (D’Amours, 2022; D’Amours, Briand, Bellemare, Hanin, Pogliaghi, 2023) Thus the grey zone is an approach that can help us parse the actual degree of “disruption” brought about by the new labor platform economy (Berins Collier, Dubal, Carter, 2018), separating the substantive changes from the ideological or catastrophist noises coming from all directions.

Ultimately, the questioning which structures of this conference could be summed up by the following formula: Is there a need for a specific epistemology to the study of digital work?

Contributions

The symposium intends to compare the experience of platform workers through that of the emblematic figures of passenger app drivers and couriers—meals and food shopping.

Contributions from interested parties would be welcome, amongst other angles, on:

- situated case studies exploring the epistemology of their approach to research in this area;
- the comparison and circulation of objects, norms, regulations and practices of platform work, as well as the evolution of platform business models from the perspective of their reception in national contexts, notably starting with experiences in the South;
- the nature of a “platform capitalism” including, to follow one hypothesis, the degree to which it should be understood from the angle of racialization and its articulation with other social relations (gender, class, etc.);
- the study of grey zones, the conceptualize spaces of work and employment transformations and recompositions that are brought about by platform work and their comparison of national experiences between North and South;
- the application of epistemologies of comparison, including a reflection on inter- and trans-disciplinarity, conceived in their “globality”.

Theoretical contributions on paradigms to provide adequate concepts and categories for new or renewed conditions produced by platform work in the North and in the South are also welcome.

What epistemology(ies) are necessary to study platform work?

This symposium is organized by the ANR research projet Regreyz&Co « Grey zones and Territory: Transformation of work and the emerging figure of Platform Worker. A France-Brazil comparison » (CNRS/FAPESP), in partnership with l'Université Paris-Est Créteil and the Law Faculty at Universidade de Paraná, Curitiba.

The Organization of the Symposium

Please send proposals (of a maximum 3,000 signs, including spaces) for papers in English, Spanish, French or Portuguese, with a short bio to: col.zonascinzentas@gmail.com with copies to Donna Kesselman donna.kesselman@u-pec.fr, Cibele Saliba Rizek cibelesr@sc.usp.br and Christian Azaïs christian.azais@lecnam.net

Deadline for submission: **April 30, 2024**

Response: **May 30, 2024**

The symposium will be held in person and, for certain speakers, remotely. Please indicate whether you intend to attend the live symposium or prefer to participate remotely to enable us to ensure academic, scientific and geographical balance.

Organizing Committee

Donna Kesselman, Université Paris-Est Créteil (UPEC), **Sidnei Machado Sidnei**, Universidade Federal do Paraná (UFPR), **Tomás Moreira**, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), **João Pedro Perin**, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), **Aline Pires**, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), **Rangel Felipe**, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Scientific Committee

Ludmilla C. Abílio, sociologie, Instituto de Estudos Avançados da USP (Brazil), **Christian Azaïs**, sociologie, LISE-CNAM (France), **Adam Badger**, economic geography, Newcastle University (Great Britain), **Natacha Borgeaud-Garciandía**, sociologia, Conicet (Argentina), **Rodrigo Carelli**, direito do trabalho, Universidade Federal de Rio de Janeiro (Brasil), **Antonio Casilli**, sociologie, Institut Polytechnique de Paris (France), **Patrick Cingolani**, sociologie, Université de Paris-Cité (France), **Martine D'Amours**, sociologie, Université Laval (Québec), **Patrick Dieuaide**, économie, Sorbonne Nouvelle (France), **Olivier Giraud**, sciences politiques CNRS/LISE-CNAM (France), **Sayonara Grillo Coutinho**, direito do trabalho, Universidade Federal de Rio de Janeiro (Brasil), **Rafael Grohmann**, media studies, University of Toronto (Canada), **Lima Jacob Carlos**, sociologia, Universidade Federal de São Carlos (Brasil), **Machado Sidnei**, direito do trabalho, Universidade Federal do Paraná (UFPR-Brasil), **Guénohé Marchadour**, sociologie, LISE-CNAM (France), **Claire Marzo**, droit du travail (Université Paris-Est Créteil), **Sawmiya Rajaram**, Jindal Global Law School, O.P Jindal Global University (India), **Cibele Rizek**, sociologia, Instituto de Arquitetura e

Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP) (Brasil), **Maxime Schirrer**, géographie, LIRSA CNAM (France), **Roberto Vêras de Oliveira**, sociologia, Universidade Federal da Paraíba (Brasil), **Cheolki Yoon**, School of Social Communication, Saint-Paul University (Canada, South Korea).

Symposium Sponsoring Institutions

ANR (Agence nationale de la recherche), France
FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo)
IAU/USP (Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo em São Carlos)
UFSCar (Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Sociologia)
UFPR (Universidade Federal do Paraná, Faculdade de Direito, Curitiba)
Université Paris-Est Créteil (UPEC)
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Bibliografia/Bibliography

Abdelnour, S., Bernard S. (2018), « Vers un capitalisme de plateforme ? Mobiliser le travail, contourner les régulations », *La Nouvelle Revue du Travail*, 13. <https://journals.openedition.org/nrt/3797>

Abílio L.C., Grohmann R. , Weiss H.C., (2021), Uberização: a era do trabalhador *just-in-time*? *Journal of Labor and Society* (2021) 1-19.

Abílio L.C. (2023), *Uberization: The Periphery as the Future of Work?* », in, Aditi Surie, Ursula Huws, *Platformization and Informality: Pathways of Change, Alteration, and Transformation*, London, Palgrave Macmillan, Pages 139-160.

Aguilera A., Krier C., Cognez C., Chretien J., et al. (2022), *Etude 2022 sur les livreurs des plateformes à Paris et en petite couronne*, [Rapport de recherche] IFSTTAR - Institut Français des Sciences et Technologies des Transports, de l'Aménagement et des Réseaux. 2022, 118p. (hal-03903591). Ce rapport plus récent s'appuie sur la précédente enquête de 2020.

Azaïs C. (2019), « Figures émergentes » in M.-Ch. Bureau, A. Corsani, O. Giraud & F. Rey (dir), *Les Zones grises des relations de travail et d'emploi. Un dictionnaire sociologique*, Buenos Aires: Editions Teseo: 149-160.

Azaïs C., P. Dieuaide D., Kesselman (2017), « Zone grise d'emploi, pouvoir de l'employeur et espace public : une illustration à partir du cas Uber », *Relations industrielles / Industrial Relations*, 72 (3): 433-456. <https://doi.org/10.7202/1041092ar>

Azaïs Ch., Carleial L. (eds.) (2017), *La zone grise » du travail – Dynamiques d'emploi et négociation au Sud et au Nord*, Bruxelles, P.I.E. Peter Lang Ed.

Berins Collier, R., Dubal, V.B., Carter, C.L. R.-B. (2018), *Disrupting Regulation, Regulating Disruption: The Politics of Uber in the United States*, Cambridge University Press

Bernard S. (2023), *Uberusés. Le capitalisme racial de plateforme à Paris, Londres et Montréal*, Paris, PUF.

Bisom-Rapp S., Coiquaud U. (2017), « The Role of the State towards the Grey Zone of Employment: Eyes on Canada and the United States », *Interventions Economiques/Papers in Political Economy*, 58.
<https://journals.openedition.org/interventionseconomiques/3555>

Boulin, J.-Y., Kesselman, D. (dirs.) (2018), « Work and employment grey zones: new ways to apprehend emerging labour market norms », *Transfer: European Review of Labour and Research de European Trade Union Institute (ETUI)*, Volume 24 Number 3 August 2018, numéro spécial, 6 articles. <https://journals.sagepub.com/toc/trs/24/3>

Brodersen M., Dufresne A., Joukovsky A., Vitali Z. (2023), « Dynamiques de l'organisation collective des coursiers et des chauffeurs en Belgique : Histoires parallèles et rapprochements ambigus », *Relations Industrielles/Industrial Relations*, Volume 78, numéro 3, 2023, à paraître.

Brugière F., Vandewattyne J., Kesselman D., (dirs) (2023 à paraître), « Dynamiques de mobilisation et de syndicalisation des travailleurs de plateforme. Approche comparative transnationale et intersectorielle au sein des activités ayant trait à la mobilité », numéro spécial de la revue *Relations Industrielles/Industrial Relations*, Volume 78, numéro 3, 2023, à paraître.

Bureau M.-C., Corsani A., Giraud O., Rey F. (dir.) (2019), *Les Zones grises des relations de travail et d'emploi. Un dictionnaire sociologique*, Buenos Aires: Teseo.
<https://www.teseopress.com/dictionnaire/>

Bureau M.-C., Dieuaide P. (2018), « Institutional change and transformations in labour and employment standards: an analysis of grey zones », *Transfer*, 24 (3): 261-277.
<https://doi.org/10.1177%2F1024258918775573>

Carelli R., Cingolani P., Kesselman D. (dirs) (2022), *Les travailleurs des plateformes numériques : regards interdisciplinaires*, Buenos Aires, Editions Teseo,
<https://www.teseopress.com/lestravailleursdesplateformesnumeriques/>

Carelli R., Grillo S., Oliveira M. (2021), « Concept and criticism of digital labour platforms Concept and criticism of digital labour platforms Concept and criticism of digital labour platforms », *Labour & Law Issues*, vol. 7, no. 1, file:///C:/Users/26760/Downloads/13110-Articolo-47695-3-10-20210628.pdf

Casilli A. (2019), *En attendant les robots : Enquête sur le travail du clic*, Editions Seuil, 2019.

Cingolani P. (2021), *La colonisation du quotidien. Dans les laboratoires du capitalisme de plateforme*, Amsterdam, Editions d'Amsterdam.

Cuppini N., Frapporti L. (2022), « When cities meet platforms: Towards a trans-urban approach », *Digital Geography and Society*, Volume 3, <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2666378322000174>

Dablanc L., Aguilera A., Krier C., Cognez A., Chretien J., Louvet N. (2022), « Etude 2022 sur les livreurs des plateformes à Paris et en petite couronne », Rapport de recherche, IFSTTAR-Institut Français des Sciences et Technologies des Transports, de l'Aménagement, et des Réseaux.

D'Amours M. (2023), « The construction of an hybrid zone of employment and the vagaries of collective representation: the case of home childcare providers in Québec », *Rivista trimestrale fondata da Camillo Pellizzi* 2/2023, pp. 183-208, doi: 10.1423/107857 <https://www.rivisteweb.it/doi/10.1423/107857>

D'Amours M., Briand L., Bellemare G., Hanin F., Pogliaghi L. (2022), *De l'entreprise à la reconfiguration productive : Travail, emploi, régulations*, Paris, Editions Hermann.

De Vito C.G. (2019), « History without Scale: The Micro-Spatial Perspective », *Past and Present*, Volume 242, Issue Supplement_14, Pages 348–372 https://academic.oup.com/past/article/242/Supplement_14/348/5637703?login=false

Dufresne A., Leterme C. (2021), « Travailleurs de plateforme. La lutte pour les droits dans l'économie numérique, Bruxelles : Gresea, *Relations Industrielles/Industrial Relations*, Volume 78, numéro 3, 2023, à paraître.

Dieuaide P. (2024), « La notion de Zone Grise. Une approche nouvelle des transformations des relations de travail et d'emploi ? » in, D. Kesselman, S. Soussi, « Zone grise du travail : de quoi parle-t-on ? », Cahier du CRISES, no ET2401

Dieuaide P., Azaïs C. (2020), « Platforms of Work, Labour and Employment Relationship: The Grey Zones of a Digital Governance », *Frontiers in Sociology*, 5 (2). <https://doi.org/10.3389/fsoc.2020.00002>

Dirringer J. (2022), « Des droits collectifs en trompe-l'œil pour les travailleurs de plateforme », *La Revue de l'Ires* 2022/1 (N° 106), pages 13 à 40/ <https://www.cairn.info/revue-de-l-ires-2022-1-page-13.htm>

Douki C., Minard Ph. (2007), « Histoire globale, histoires connectées : un changement d'échelle historiographique ? », *Revue d'Histoire moderne & contemporaine*, 2007/5 (N° 54-4 Bis), pp. 7-21.

Dubal V. (2022), « The New Racial Wage Code » *Harvard Law and Policy Review*, 15 Harv. L. & Pol'y Rev. 511.

Dujarier M.A., Frayssé O. (dirs), « Discours et pratiques sur le futur du travail », *Les mondes du travail*, N° 31, A paraître en 2024.

Fioravanti L.M., Rangel F. Rizek C.S. (2023), « Digital platforms and urban flows: dispersion and control of precarious work » - *Cadernos Metr pole*, S o Paulo, dezembro de 2023

Flichy P. (2019), « Le travail sur plateforme : Une activité ambivalente », *Réseaux*, 2019/1 n  213, pages 173   209

Galbraith J.K. (2022), « Políticas econ micas, teorias e contextos sociais » in *Desigualdades. Vis es do Brasil e do mundo*, Mattos F.A.M. de, Neto J.H., Silveira F.G. (organizadores), São Paulo, Hucitec Editora, pp. 27-34.

Gebrial D. (2022), « Racial platform capitalism: Empire, migration and the making of Uber in London », *Environment and Planning A: Economy and Space*, pp. 1-25.

Giraud L. O., Lallement M., (eds) (2022), *Decentering Comparative Analysis in a Globalizing World*, Leiden, Boston, Brill.

Herzog L., Zimmermann B. (dirs.) (2023), *Shifting Categories of Work: Unsettling the Ways We Think about Jobs, Labor and Activities*, New York, Routledge.

Huws U., Surie A. (2023), *Platformization and Informality: Pathways of Change, Alteration, and Transformation*, London, Palgrave Macmillan

Huws U., Spencer N.H., Syrdal D.S., Holts, K. (2017), *Work in the European gig economy*. Rep., Found. Eur. Progress. Stud., Brussels. https://www.feps-europe.eu/Assets/Publications/PostFiles/579_1.pdf

Kesselman D., Soussi S. (2024), « Zone grise du travail : de quoi parle-t-on ? », *Cahier du CRISES*, no ET2401

Kiesling L. L. (2018), *Toward a Market Epistemology of the Platform Economy*. July 11, *New Institutional Economics eJournal*, <https://ssrn.com/abstract=3229917> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3229917>,

Lehdonvirta V. (2020), *Cloud Empires: How Digital Platforms Are Overtaking the State and How We can Regain Control*, Cambridge, MIT Press.

Leterme C. (2019), *L'avenir du travail vu du Sud : Critique de la « quatri me révolution industrielle »*, Paris, Syllepse.

Lima J.C., Bridi M. A. (2019), « Trabalho digital e emprego: a reforma trabalhista e o aprofundamento da precariedade. *Cadernos CRH*, v. 32, p. 325-341.

Lima J.C., Oliveira R.V. (2022), « O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário. *Contemporânea. Revista de Sociologia da Ufscar* », v. 11, p. 905-932.

Machado S., Zaroni A P. (2022), *Plataformas digitais: O trabalho controlado por plataformas digitais no Brasil: dimensões, perfis e direitos*, Curitiba, Clínica Direito do Trabalho UFPR.

Marchadour, G. (2023), « L'accompagnement syndical des mobilisations de chauffeurs VTC et de livreurs de repas en France. Les apports d'une perspective comparative et intersectionnelle », *Relations Industrielles/Industrial Relations*, Volume 78, numéro 3, 2023, à paraître.

Minassian, G. (2011) *Zones grises. Quand les États perdent le contrôle*, Paris, CNRS Éditions.

Paula Leite de M., Bono del A., Lima J. C. (2023), « O trabalho de plataforma no Brasil e na Argentina: uma visão comparada

Platform work in Brazil and Argentina: a comparative view »
El trabajo de plataforma en Brasil y Argentina: una visión comparada, *Revista brasileira de Sociologia*, Vol. 11, Nº 29 / Setembro/Dezembro

Riesgo V.G. (2023), « Aprovechando y expandiendo la hiperflexibilización del empleo. El modelo Uber en España. Taking advantage of and expanding the hyper-flexibility of employment. The uber model in Spain », *Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, No 59 septiembre-diciembre, 2023, pp. 23-51, <https://revistas.uned.es/index.php/empiria/article/view/37934>

Rizek C. S., Rangel F. (2023), « Controle e sentidos de autonomia na experiência dos entregadores em São Paulo », 21o. Congresso de Sociologia -Julho

Rizek, C. S. (2023), « The emerging figures of the platform economy: the reign of the grey zones of labour », SASE Rio de Janeiro, July.

Rizek, C. S. Fioravanti, L Rangel, F (2022) - TRABALHO, SUBORDINAÇÃO E FLUXOS URBANOS: RESULTADOS DE PESQUISA (no prelo) SIMPURB », Curitiba dezembro de 2022

Sadik Y., Soussi S.A., (dir.) (2020), « Épistémologies des Suds », *Revue Interventions économiques*, 64 | 2020, <https://journals.openedition.org/interventionseconomiques/9889>

Santos R.E. dos (2022), « Expressões espaciais das relações raciais: algumas notas », *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 12, n. 1, ISSN 2236-3637 1 DOI: 10.54446/bcg.v12i1.2840 Renato Emerson dos Santos

Sauviat C. (2019), « Le modèle d'affaires d'Uber : un avenir incertain », *Chronique Internationale de l'IRES*, 168: 51-71. <http://www.ires.fr/index.php/publications/chronique-internationale-de-l-ires/item/6111-le-modele-d-affaires-d-uber-un-avenir-incertain>

Siino C., Soussi S. (eds), 2017, « Les zones grises du travail », *Interventions Economiques* n° 58, <https://doi.org/10.4000/interventionseconomiques.3204>

Srnicek N. (2018) *Capitalisme de plateforme : L'hégémonie de l'économie numérique*, Montréal: Lux Éditeur.

Supiot A. (2000), « Les nouveaux visages de la subordination », *Droit social*, 2: 131-145.

Van Doorn N., Ferrari F., Graham M. (2023), « Migration and migrant labour in the gig economy: An intervention », *Work, Employment and Society*, vol. 37, n° 4, pp. 1099-1111

Valez J., (2023), « The politics of Uber: Infrastructural power in the United States and Europe », *Regulation & Governance*, 2023, 17, 177-194

file:///C:/Users/26760/Downloads/Regulation%20Governance%20-%202022%20-%20Valdez%20-

%20The%20politics%20of%20Uber%20Infrastructural%20power%20in%20the%20United%20States%20and%20Europe.pdf